

AUSÊNCIAS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: ABORDAGENS EM PUBLICAÇÕES NACIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE JOVENS E MEIO AMBIENTE

Absences and potentialities of environmental education in geography teaching: approaches in national postgraduate publications on youth and the environment

Ausencias y potenciales de la educación ambiental en la enseñanza de la geografía: enfoques en publicaciones nacionales de posgrado sobre los jóvenes y el medio ambiente

Sandro Monticelli Petró*
Victor Hugo Nedel Oliveira**

*Pesquisador no Instituto Tecnológico de Paleoceanografia e Mudanças Climáticas (itt Oceaneon) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, Brasil – sandro.m.petro@gmail.com

**Professor e Pesquisador do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil – victor.nedel@ufrgs.br

Recebido em 28/06/2024. Aceito para publicação em 02/10/2025.
Versão online publicada em 14/10/2025 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

Resumo:

A questão ambiental permeia a discussão acadêmica e midiática na sociedade, pois é importante no planejamento do futuro do planeta. Este trabalho avaliou abordagens teóricas e metodológicas de pesquisas acadêmicas que relacionam meio ambiente, juventudes, educação ambiental (EA) e o ensino de Geografia. Foram selecionadas publicações nacionais na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD), delimitadas pelos descritores “jovens”, “juventudes”, “meio ambiente” e “ambiente”. Nos sete trabalhos selecionados foram identificadas informações como objetivo geral, metodologias de abordagem e análise, instrumentos de investigação, população, cenário e referências bibliográficas comuns. As pesquisas estão relacionadas à institucionalização e avaliação de políticas públicas e programas de EA, narrativas de jovens e diálogos entre populações. Suas palavras-chave permitiram agrupá-los em quatro categorias: sujeitos (jovens, juvenis, juventude, infante e militante); espaços (Brasil, rural e agrícola); temáticas (meio ambiente, ambiental, socioambiental, sustentabilidade, sustentável e políticas públicas); e investigativa (participação, engajamento, conferências, socialização e percepção). Os verbos dos objetivos foram “analisar”, “avaliar”, “compreender”, “expor” e “investigar”. A abordagem qualitativa domina as organizações metodológicas. Os instrumentos mais utilizados foram entrevistas semiestruturada, observação participante e questionários. Os métodos de análise foram análise de narrativas, de conteúdo, do discurso e análise textual interpretativa. As populações observadas foram jovens, professores e adultos, com ampla dominância de jovens. O principal cenário estudado foi a cidade. Observou-se a necessidade de continuidade de ações de EA, que pode se dar pelo engajamento político de jovens e principalmente pela criação de formas de construção de conhecimento em ambientes escolares.

Palavras-chave: Juventudes. Meio ambiente. Ensino de Geografia. Educação ambiental. Estado da arte.

Abstract:

Environmental issues permeate academic and media discussions in society, as they are important in planning the future of the planet. This study evaluated theoretical and methodological approaches of academic research that relate to the environment, youth, environmental education (EE) and the teaching of Geography. National publications were selected from the National Library of Theses and Dissertations (BDTD, Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações), delimited by the descriptors “youth”, “youths”, and “environment”. In the seven selected studies, information such as general objective, approach and analysis methodologies, research instruments, population, scenario and common bibliographic references were identified. The research studies are related to the institutionalization and evaluation of public policies and EE programs, youth narratives and dialogues between populations. Their keywords allowed them to be grouped into four categories: subjects (youth, juveniles, children and activists); spaces (Brazil, rural and agricultural); themes (environment, environmental, socio-environmental, sustainability, sustainable and public policies); and investigative (participation, engagement, conferences, socialization and perception). The verbs of the objectives were “to analyze”, “to evaluate”, “to understand”, “to expose” and “to investigate”. The qualitative approach dominates the methodological organizations. The most used instruments were semi-structured interviews, participant observation and questionnaires. The analysis methods were narrative analysis, content analysis, discourse analysis and interpretative textual analysis. The populations observed were youth, teachers and adults, with a large dominance of youth. The main setting studied was the city. The need for continuity of EE actions was observed, which can occur through the political engagement of youth and mainly through the creation of forms of knowledge construction in school environments.

Keywords: Youths. Environment. Geography teaching. Environmental education. State of art.

Resumen:

La cuestión medioambiental impregna el debate académico y mediático de la sociedad, ya que es importante en la planificación del futuro del planeta. Este trabajo evaluó enfoques teóricos y metodológicos de investigaciones académicas que relacionan el medio ambiente, la juventud, la educación ambiental (EA) y la enseñanza de la Geografía. Las publicaciones nacionales fueron seleccionadas de la Biblioteca Nacional de Tesis y Disertaciones (BDTD, Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações), delimitadas por los descriptores “jóvenes”, “juventudes”, “medio ambiente” y “ambiente”. En los siete trabajos seleccionados se identificó información como objetivo general, metodologías de enfoque y análisis, instrumentos de investigación, población, ámbito y referencias bibliográficas comunes. Las investigaciones están relacionadas con la institucionalización y evaluación de políticas públicas y programas de EE, las narrativas de los jóvenes y los diálogos entre poblaciones. Sus palabras clave permitieron agruparlos en cuatro categorías: sujetos (jóvenes, juveniles, juventud, niños y activistas); espacios (Brasil, rural y agrícola); temáticas (medio ambiente, ambientales, socioambientales, sustentabilidad, sustentables y políticas públicas); e investigativo (participación, engagement, conferencias, socialización y percepción). Los verbos de los objetivos fueron “analizar”, “evaluar”, “comprender”, “exponer” e “investigar”. El enfoque cualitativo domina las organizaciones metodológicas. Los instrumentos más utilizados fueron entrevistas semiestructuradas, observación participante y cuestionarios. Los métodos de análisis fueron análisis narrativo, análisis de contenido, análisis del discurso y análisis textual interpretativo. Las poblaciones observadas fueron jóvenes, docentes y adultos, con un amplio predominio de jóvenes. El principal escenario estudiado fue la ciudad. Se observó la necesidad de continuidad de las acciones de EE, lo que puede ocurrir a través del compromiso político de los jóvenes y, principalmente, a través de la creación de formas de construcción de conocimiento en los ambientes escolares.

Palabras-clave: Juventudes. Medio ambiente. Enseñanza de la Geografía. Educación ambiental. Estado del arte.

1. Introdução

A temática ambiental é sempre um assunto importante para a sociedade, pois envolve uma série de questões relacionadas à preservação e conservação dos recursos naturais do planeta e da própria existência humana, bem como à mitigação dos impactos ambientais causados pelas atividades antrópicas. Os desafios da preservação ambiental exigem medidas que garantam um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras, como, por exemplo, atividades que mitiguem a poluição e a degradação dos solos e da biodiversidade. A conscientização e o engajamento da sociedade são fundamentais nesse processo, bem como a atuação dos governos, empresas e organizações em prol da conservação do meio ambiente.

Por sua vez, a educação ambiental voltada para jovens pode ser uma forma de perenizar e politizar o conhecimento que reflete na prática das relações da sociedade com o meio ambiente, uma vez que estes sujeitos serão os responsáveis pelas tomadas de decisão no futuro próximo. A Educação Ambiental (EA) é necessária não só para que se compreenda a necessidade de preservação e manutenção do meio, mas também como forma de propor e executar medidas que promovam a sustentabilidade do nosso planeta (Jacobi, 2003; Sorrentino *et al.*, 2005). Baseado em Cavalcanti (2013) podemos afirmar que o entendimento do ambiente que nos cerca depende de uma análise da paisagem por meio da observação, descrição, questionamento e imaginação. Assim como também a associação dos elementos teóricos da Geografia aos objetos do cotidiano com atribuição de sentido faz com que haja uma compreensão da espacialidade. É por meio desta compreensão da espacialidade e atribuição de sentido que a Educação Geográfica permeia a EA.

Assim, a proposta deste trabalho é avaliar algumas formas de abordagem da questão da EA em pesquisas acadêmicas e sua relação com as juventudes e o ensino de Geografia. Neste sentido, o recorte escolhido foi analisar publicações nacionais dos últimos dez anos sobre as temáticas meio ambiente e juventudes, em uma pesquisa do tipo estado da arte.

Finalmente, do ponto de vista legal, o trabalho se justifica pela necessidade da efetivação do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que em seu artigo 34 diz que:

o jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações.

O objetivo geral é construir o estado da arte de publicações acadêmicas de pós-graduação que abordam questões do meio ambiente relacionadas às juventudes e identificar avanços nesta linha de pesquisa. Os objetivos específicos são identificar a proveniência (universidade, região) das pesquisas, categorias, referências mais utilizadas e as organizações metodológicas, como tipos de abordagens, instrumentos, métodos de análise, populações e cenários. Este trabalho busca responder “quais abordagens metodológicas são utilizadas em pesquisas envolvendo juventudes e meio ambiente?” E “qual tipo de conclusão estas pesquisas propõem?”.

2. Referencial teórico

O referencial teórico contemplou três grandes segmentos: (1) Juventudes, (2) a questão ambiental e (3) o ensino de Geografia. Para as juventudes (item 1), iniciamos com o destaque de Abramo (1997) para a retomada da investigação acerca dos jovens, mostrando uma mudança de perspectiva, saindo da visão que discutia os sistemas e instituições presentes na vida dos jovens, para entrar numa linha de pesquisa que avalia os jovens considerando suas experiências, percepções e atuações. A autora também destaca a criação de políticas públicas para as juventudes, principalmente nas esferas municipais e estaduais, assim como a participação dos jovens na sociedade. A autora questiona a visão que a sociedade tem de jovens como rebeldes, e a evolução desta visão ao longo das décadas até o momento em que esta rebeldia pode ser vista como uma oportunidade de mudança. Infelizmente, se privilegiam os problemas sociais associados aos jovens e há uma incapacidade de enxergá-los e entendê-los propriamente, o que subtrai a sua ação como sujeitos (Abramo, 1997).

Dayrell (2007) traz reflexões acerca da relação dos jovens com a escola, questionando se a escola “faz” a juventude. As conclusões mostram que a maioria dos jovens faz associações negativas com a escola, lembrando sensações de incapacidade ou de culpa. De acordo com o autor, a escola tornou-se menos desigual, mas ainda segue injusta, embora os jovens não queiram ser tratados como iguais, mas querem ter especificidades e diferenças reconhecidas.

Oliveira (2021) elaborou um estado da arte sobre trabalhos com jovens e educação publicados em revistas de universidades federais brasileiras, considerando aquelas classificadas com o Qualis A1 da CAPES. Neste trabalho foram identificadas as linhas de investigação, como os temas, tipos de abordagem, instrumentos e método de análise. Foram observados que as pesquisas têm uma tendência de análise qualitativa, instrumentada

principalmente por entrevista, estudada por análise de conteúdo, onde a escola é o principal cenário. O autor identifica discussões nos textos colocando os jovens como sujeitos de direitos que reconhecem suas culturas, demandas e preocupações.

O Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, estabelece a criação de programas de EA destinados aos jovens (Brasil, 2013). Além disso, ele estabelece direitos e deveres do jovem em relação ao meio ambiente, como o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim como o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras (Brasil, 2013).

Silva *et al.* (2018) estudaram o protagonismo socioambiental de jovens, observando a produção de novas reações a partir da transformação pessoal e da promoção de autonomia coletiva, assim como pela organização sociopolítica e pelo compromisso coletivo político. Os autores avaliam as percepções de estudantes de ensino médio sobre desafios ambientais em escolas particulares e públicas da cidade de Canoas, Rio Grande do Sul. A pesquisa identificou uma preocupação dos jovens sobre o tema, embora demonstrem determinado pessimismo na visão do futuro do planeta. Estes jovens veem na ciência um caminho para solucionar alguns problemas relacionados ao meio ambiente e, por isso, há uma importância desta disciplina para a mudança comportamental no âmbito dos desafios ambientais (Silva *et al.*, 2020).

Entrando no segundo tema do referencial teórico, a questão ambiental (item 2), observamos que a importância do tema meio ambiente na Geografia Escolar surge da capacidade de alteração do meio que os seres humanos desenvolveram, e como estas alterações podem influenciar a sociedade. Por isso é importante iniciar com alguns comentários sobre o meio ambiente. Como destaca o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (IPCC, 2019), as mudanças ambientais podem ocorrer de modo a afetar os climas, tanto em escala global quanto regional. Na escala regional, pode ocorrer um acentuamento do aquecimento e afetar a intensidade, frequência e duração de eventos extremos. Essas mudanças geradas afetam a segurança alimentar e colocam em risco a subsistência dos ecossistemas, da biodiversidade e da saúde humana. Por isso, o IPCC sugere que sejam criadas opções para adaptação das comunidades e regiões para que haja uma mitigação dos impactos, como o manejo sustentável do solo e das florestas para prevenir e reduzir a degradação da terra e manter sua produtividade.

O mesmo órgão cita como ações de curto prazo:

construir a capacidade individual e institucional, acelerar a transferência de conhecimento, aumentar a transferência e a implantação de tecnologia, habilitar mecanismos financeiros, implementar sistemas de alerta precoce, realizar gerenciamento de riscos e solucionar lacunas na implementação e escalonamento (IPCC, 2019).

Dentre estas, podemos destacar a transferência de conhecimento como um processo contínuo que envolve a EA. Loureiro (2004) traz discussões acerca da EA convencional e transformadora. A convencional, segundo o autor, é centrada no indivíduo, de um modo que a natureza tenha finalidades e relações ideais pré-estabelecidas para fundamentar uma harmonia com um ser humano integral. Já a EA transformadora coloca a educação como um processo permanente, cotidiano e coletivo, onde há uma transformação da realidade pela ação e reflexão. De acordo com Loureiro (2004), a EA transformadora precisa agir nas relações dos indivíduos com o meio, sendo, portanto, um processo de politização e publicização da problemática ambiental.

Sorrentino *et al.* (2005) mostram que a EA como política pública gera processos de intervenção direta, regulamentação e contratualismo para a formação de novos agentes e ações para uma EA crítica e emancipatória. Como ação direta, os autores colocam, por exemplo, ações do Ministério da Educação (MEC) na educação pública, uma vez que já existe uma estrutura para a realização dessas ações, além de outros exemplos, também auxiliados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como em Unidades de Conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, e demais organizações da sociedade civil. Os autores destacam alguns processos que podem ser utilizados na EA, como formação de educadores ambientais, estratégias de comunicação com finalidade educacional, estruturas educadoras e foros e coletivos democráticos para discussão e proposição do tema. Contudo, há uma necessidade das ações relacionadas a estas políticas públicas apresentarem um forte enraizamento na sociedade civil, uma vez que estão sujeitas a mudanças de orientação conforme trocam os governos (Sorrentino *et al.*, 2005).

Neste sentido, a EA como instrumento permanente de ação tem um papel importante na sociedade. Embora a inclusão da EA na matriz curricular das escolas tenha sido aprovada na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), apenas 10 anos depois ela foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Oliveira e Neiman (2020) avaliaram a reformulação da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017) observando que a EA não foi incluída nos documentos do ensino formal. Os autores analisaram as três versões preliminares da BNCC, indicando uma progressiva retirada da questão ambiental do documento, o que evidenciou uma desconsideração do debate público. Na versão final, ocorre apenas uma citação paralela da expressão “educação ambiental” e, em detrimento foi observada a entrada de outros termos e expressões, como por exemplo, “ensino religioso”. Mesmo quando presente em documentos curriculares, a EA não é amplamente aplicada. Com esta retirada da BNCC, há uma tendência de esvaziamento da temática em sala de aula (Oliveira; Neiman, 2020).

Silva *et al.* (2015) refletem sobre o papel da EA, para além dos conhecimentos ambientais. Foram entrevistadas várias pessoas que participaram de um programa de EA que existiu durante 15 anos, onde foi identificado um processo de mudança psicossocial e de cidadania nos participantes. Da-Silva-Rosa *et al.* (2015) analisam a questão da EA em áreas de risco de desastres, buscando colaborar com a construção de conhecimento para estas populações. Os autores identificaram uma transformação pela participação dos agentes envolvidos (moradores) na construção de atividades, ao invés de ser imposta por agentes públicos externos. Citelli e Falcão (2020) refletem acerca da comunicação e da temática socioambiental urbana na relação entre escola e cidade. Os autores concluem que o ganho de qualidade ecossistêmica está ancorado em processos voltados ao esclarecimento de questões que comprometem a qualidade de vida dos seres vivos.

Por sua vez, dentro do tema ensino de Geografia (item 3), identificamos que Cavalcanti (2005) traz uma síntese da teoria vygotskyana associada ao ensino de Geografia, discutindo com a formação de conceitos. Segundo a autora, não é uma boa orientação apresentar conceitos em sua forma pronta, pois assim os estudantes não conseguem analisar fatos a partir da informação original. Entretanto, é necessária uma confrontação de conceitos baseados na experiência vivida cotidianamente com a realidade da cidade, onde a apresentação de conteúdos ocorre em dupla inserção, sempre comparando o local e o global.

Embora a questão ambiental nos remeta a uma paisagem natural, não antropizada, o ambiente urbano também apresenta um contexto ambiental, embora mais alterado e com menor biodiversidade visível. Neste sentido, a EA também passa pelo meio urbano. Cavalcanti (2013) faz uma análise da Geografia Urbana na formação de jovens escolares, considerando que cidade é um espaço público e um ambiente complexo da vida coletiva. A autora nos traz um questionamento acerca desses jovens escolarizados estarem cientes, ou não, de que habitam a

cidade que é objeto do estudo em sala de aula, e, para isso, conclui ser necessário o desenvolvimento de uma imaginação geográfica. A análise de uma paisagem passa pela observação, descrição, questionamento e imaginação, e assim, associados aos elementos teóricos da Geografia, poderá ser compreendida a espacialidade (Cavalcanti, 2013).

Straforini (2018) defende o papel da Geografia na formação de um cidadão crítico e reflexivo para que estes compreendam fenômenos espacialmente e saibam operá-los na vida cotidiana. A Geografia tem um papel na compreensão da espacialidade dos fenômenos e, sabendo que a hegemonia é um processo provisório, as práticas espaciais que surgem podem apresentar novas condições para existência humana (Straforini, 2018).

Jordão e Carvalho (2019) estudaram o ensino de Geografia e a produção de sentido na EA em um estudo de caso, identificando uma dificuldade dos sujeitos de se envolver com o mundo de forma coletiva e altruísta. Os autores propõem que esta produção de sentido necessita de novas relações educativas, com experiências mais afetivas, possibilitando espaços de escuta e de diálogo. Ainda segundo os autores, práticas pedagógicas críticas associadas à EA permitem a criação de uma racionalidade e, conseqüentemente, a proposição de novas relações com o meio, de forma mais justa e ambientalmente equilibrada.

Cocato (2021) realiza uma crítica à EA no ensino de Geografia, caracterizando-a como conservadora, uma vez que geralmente são culpabilizadas as práticas individuais. Ao final, o autor propõe três atividades voltadas para o ensino médio abordando os temas (i) clima, tempo e mudanças climáticas (climatologia), (ii) as cidades, o urbano e suas questões socioambientais (Geografia Urbana), e (iii) a degradação socioambiental global por meio da produção capitalista do espaço (natureza, sociedade e problemas socioambientais). Cabral *et al.* (2021) estudaram a realidade do aluno no ensino de Geografia ao longo de 100 anos, identificando momentos que envolvem renovação crítica do ensino de geografia com base na realidade do aluno, nas teorias da aprendizagem e na espacialidade da BNCC. Os autores concluíram que o sentido de realidade do aluno transita pelos momentos políticos e epistemológicos da Geografia Escolar.

Lelis *et al.* (2022) estudaram teses e dissertações sobre o tema Geografia socioambiental nas escolas, mais especificamente no ensino fundamental. Os autores identificaram um avanço da aprendizagem por meio da cartografia, uma vez que esta é a ferramenta básica para identificação do seu lugar e espaço de vida. Também perceberam uma preocupação com temas ligados à água, o que envolve um sentimento de pertencimento a mananciais, mangues, brejos e bacias hidrográficas. Assim, as temáticas socioambientais promovem a integração dos

estudantes ao meio do qual fazem parte, o que é destacado pela corrente humanista do pensamento geográfico e da EA. Finalmente, Lelis *et al.* (2022) observaram uma gradual mudança da perspectiva descritiva em prol da concepção crítica da relação entre o ser humano e o espaço na Geografia Escolar.

3. Metodologia

Este estudo apresenta uma abordagem do tipo estado da arte, realizando uma análise qualitativa, documental e bibliográfica (Gil, 2007; Morosini; Fernandes, 2014). De um modo geral, consiste em uma análise de bibliografias dentro do tema EA associado a jovens e juventudes. Os tipos de publicações definidos foram teses e dissertações nacionais, não considerando artigos de periódicos, onde foram analisados os tipos de abordagem, instrumentos de investigação, as metodologias de análises comuns, população e cenários envolvidos, além de referências mais citadas. Após definido o tema, foram levantadas as teses e dissertações cadastradas e disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (bdtb.ibict.br). Nesta plataforma podem ser encontrados mais de 900 mil documentos, entre teses e dissertações, provenientes de 141 instituições diferentes. Na busca avançada da página, foram inseridos os descritores relacionados ao tema: “jovens”, “juventudes”, “meio ambiente” e “ambiente”. O intervalo de tempo considerado foi de 12 anos: de 2012 a 2023.

A partir das publicações encontradas (n=50), foram selecionadas as publicações dentro do tema pela leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos, finalizando com um total de sete trabalhos selecionados (n=7). As publicações não selecionadas nessa etapa foram excluídas, pois, apesar das palavras-chave da busca terem relação com o tema, o título do trabalho demonstrava um tangenciamento ao assunto. A nuvem de palavras com as palavras-chave foi gerada com o programa *Voyant Tools*. Para cada uma das investigações selecionadas para a análise foram extraídas, em um primeiro momento, informações como: título, autor/a, orientador/a, universidade, região do país da instituição, programa de pós-graduação (PPG), conceito CAPES do PPG, nível (mestrado/doutorado), áreas de concentração do programa, ano de publicação, área do conhecimento, assuntos em português e palavras-chave. Em um segundo momento, foram mineiradas informações relativas aos trabalhos em si, que demandaram uma maior leitura do corpo do trabalho. As informações extraídas foram: objetivo geral do trabalho, metodologias de abordagem, instrumentos de investigação, metodologias de análise, população e cenários investigados. Finalmente, foi realizado um levantamento de todas as referências

bibliográficas citadas, considerado as listas dos sete trabalhos somados, identificando sete autores e publicações mais citados.

Devido à baixa densidade amostral, apenas sete trabalhos, não foram feitas estimativas dos percentuais da ocorrência de cada elemento. A apuração destes dados consiste em uma análise de conteúdo (Bardin, 2011), onde foram criadas categorias para a discussão das descobertas, sendo elas: sujeitos, espaços, temáticas e investigativa.

Por esta se tratar de uma pesquisa analisando estudos já publicados e de acesso público, foi dispensada a análise do Comitê de Ética de Pesquisa. Conforme Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso VI, quando afirma que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica (Brasil, 2016).

4. Resultados e Discussões

4.1. Quanto aos trabalhos selecionados para análise

Foram encontrados 43 trabalhos na busca realizada na BDTD. Com uma nova filtragem, agora pelo título e resumo, foram selecionados enfim sete trabalhos dentro da temática escolhida para a presente investigação, os quais relacionam jovens e juventudes ao meio ambiente (Quadro 1). Nenhuma das publicações é uma tese de doutorado, todas são pesquisas de mestrado, sendo uma delas de mestrado profissional. Considerando o período de 12 anos estudado, entre 2012 e 2023, há uma distribuição relativamente regular dos anos de publicação, sendo que ocorrem duas apenas em 2013, com as demais ocorrendo isoladas, em 2012, 2015, 2017, 2018 e 2019. Cada um dos trabalhos tem seus temas específicos, mas, de um modo geral, podem ser traçados algumas características em comum. As temáticas das pesquisas envolvem educação e percepção ambiental, meio ambiente e jovens, associados a questões como política e participação. Isto mostra uma tendência de identificar uma realidade, em diferentes cenários, e propor caminhos para uma melhor aplicação da EA. O contexto das pesquisas está voltado para a institucionalização e avaliação de políticas públicas e programas voltados para a EA. Também são destacados diálogos entre populações e narrativas de jovens.

Quadro 1 – Dados gerais das publicações analisadas (título, autor/a, orientação, nível, ano e instituição).

Título do trabalho	Autor/a	Orientador/a	Nível	Ano de publicação
Uma educação ambiental da juventude? Avaliação da política pública: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas - Conferências Infante Juvenil pelo Meio Ambiente no Ceará	CRUZ, Lindalva Costa	Oliveira, Christian Dennys Monteiro de	Mestrado profissional	2012
Formação socioambiental de jovens filhos de pescador: percepções e relações culturais	NUNES, Roseli Pereira	Alvim, Ronaldo Gomes	Mestrado	2013
A educação ambiental nos movimentos juvenis: diálogos com líderes de sete grupos em Mato Grosso	SILVA, Fernanda Domingos da	Silva, Regina Aparecida da	Mestrado	2013
Juventude e meio ambiente: pesquisa-ação em educação ambiental realizada no programa Projovem Adolescente de Franca/SP	BOVO, Lúcia Regina Tanaka	Giometti, Analúcia Bueno dos Reis	Mestrado	2015
Juventude e meio ambiente: narrativa de jovens ambientalistas do estado da Bahia	CRISTO, Hélio Souza de	Barzano, Marco Antonio Leandro	Mestrado	2017
A institucionalização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente: debates, tensões e perspectivas	SOUSA, Gilvan David de	Marcos Bernardino de Carvalho	Mestrado	2018
Interfaces formativas da educação do campo e do desenvolvimento rural sustentável à jovens de colégios agrícolas nos municípios de Toledo e Palotina - Paraná	SBARAINI, Ramony Dafne	Roesler, Marli Renate Von Borstel	Mestrado	2019

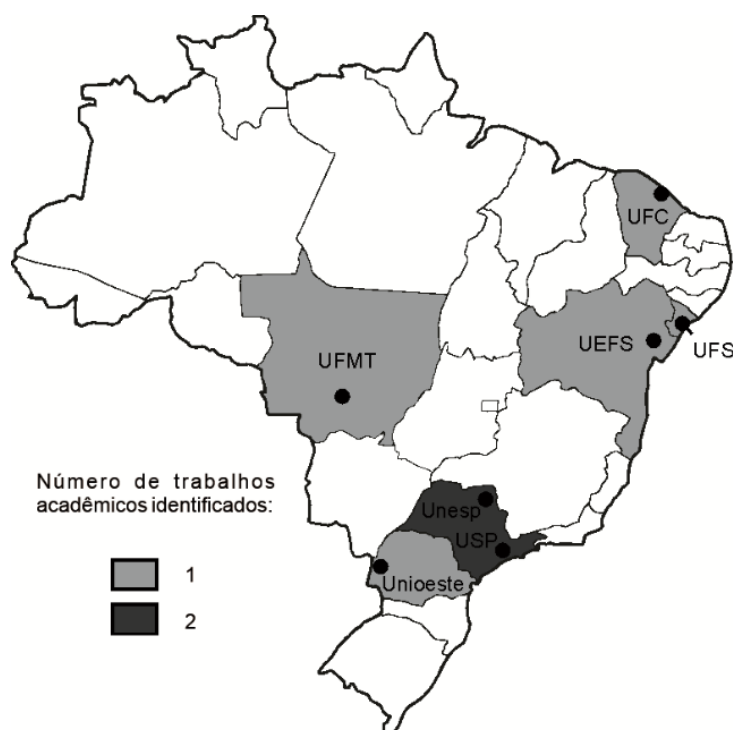
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024).

Quanto à localização dos PPGs e respectivas universidades, ocorre uma distribuição relativamente uniforme, com uma na região Sul (Paraná), duas no Sudeste (São Paulo), três no Nordeste (Bahia, Sergipe e Ceará) e uma no Centro-Oeste (Mato Grosso) (Figura 1). Não foi identificada nenhuma pesquisa na região Norte, possivelmente em função da pouca quantidade de trabalhos na temática. Apesar da baixa densidade amostral, nota-se uma concentração dos PPGs no Sul, Sudeste e Nordeste. Não há nenhuma universidade com mais de um trabalho, mostrando que se trata de uma área incipiente que demanda mais estudos. Também se percebe que não há nenhuma pesquisa da região Norte, onde se localiza a Amazônia, área de importância global quando se discute preservação do meio ambiente e a questão climática. Esta ausência se dá pelo fato de que as pesquisas geralmente sejam *in situ*, ou seja as populações investigadas estão próximas ao local do investigador. Os cenários mais comuns estão associados a maiores populações, onde há mais pessoas vulneráveis a problemas ambientais, e não necessariamente aos locais de maior apelo midiático. Outro critério observado foi o conceito da CAPES para os PPGs cujas dissertações fazem parte. Este órgão é responsável pela

aprovação e fiscalização dos PPGs, sendo atualmente reconhecidos 4.654 programas, com um total de 7.261 cursos de pós-graduação, entre mestrado e doutorado, tanto acadêmico quanto profissional (números consultados em junho de 2024; Sucupira-CAPES, 2024).

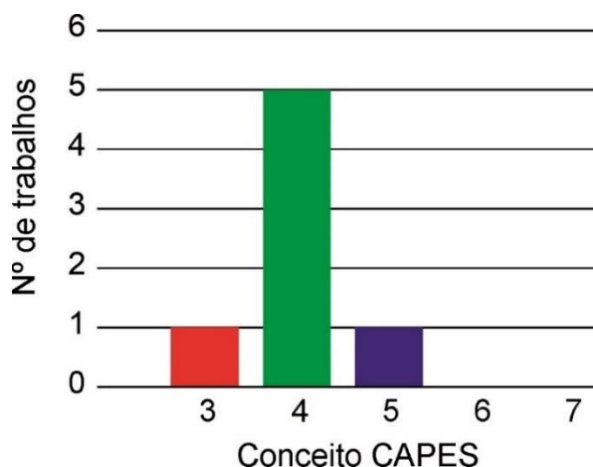
Analisando os PPGs dos trabalhos estudados, observou-se que nenhum faz parte de um programa de excelência (conceitos 6 e 7), onde um é classificado como regular (conceito 3), cinco são bons (conceito 4) e um muito bom (conceito 5) (Figura 2). Este fato pode ser devido à maioria destes programas serem relativamente novos, pois se observa que as menores notas (3 a 4) pertencem àqueles que não têm oferta de doutorado, enquanto os programas com conceito maiores (4 e 5), além do mestrado, já ofertam doutorado.

Figura 1 – Distribuição geográfica das universidades brasileiras que produziram pesquisas sobre educação ambiental e jovens.



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024). Elaborado pelos autores.

Figura 2 – Proporção de trabalhos por conceito CAPES (Geografia, Educação Ambiental e áreas afins).



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024). Elaborado pelos autores.

Quanto à área de concentração, cada trabalho está em uma área diferente. As áreas encontradas foram (i) Educação, sociedade e culturas; (ii) Desenvolvimento de regiões semi-áridas e costeiras; (iii) Trabalho e sociedade; (iv) Mudança social e participação política; (v) Avaliação em políticas públicas; (vi) Desenvolvimento rural sustentável; e (vii) Educação. Nota-se que as áreas de concentração giram em torno dos temas de desenvolvimento (rural, social), política e educação, e que nenhum deles está em um PPG de Geografia, o que poderia ser esperado devido ao fato dessa temática estar associada às pesquisas abrangendo sociedade e meio ambiente.

Para uma primeira observação do conteúdo propriamente dito dos trabalhos, foi elaborada uma nuvem de palavras com as palavras-chave das dissertações (Figura 3). Foram identificadas 27 palavras-chave, onde as que mais se repetem são “educação” e “ambiental”, que são citadas quatro vezes, tanto de forma conjugada na expressão “educação ambiental” (3 vezes) como isoladamente (“educação”) ou associada à “percepção ambiental”. Outra palavra que também ocorre em quatro citações é “jovens”. Naturalmente, por se tratar dos termos buscados na BDTD, são as mais comuns. “Meio ambiente” e “política” são citadas três vezes, enquanto “participação” e “Brasil” aparecem duas vezes. As demais palavras figuram apenas uma vez cada.

Com estas palavras-chave, foram definidas quatro categorias: (a) sujeitos, (b) espaços, (c) temáticas e (d) investigativa. A categoria (a) sujeitos abrange as expressões “jovens”, “juvenis”, “juventude”, “infante” e “militante”. Os sujeitos têm palavras derivadas que mostram o caráter

das juventudes como agentes, associadas à militante, que exemplifica o sujeito como agente ativo na EA (Nunes, 2013; Silva, 2013; Bovo, 2015; Sousa, 2018). Na categoria (b) espaços, estão “Brasil”, “rural” e “agrícola”. Estas categorias representam a escala nacional utilizada em alguns trabalhos que avaliam políticas públicas e o ambiente rural em outros trabalhos. Entretanto, a ausência de cenários como escola ou cidade é reflexo da não utilização do cenário como palavra-chave no trabalho (Sousa, 2018; Sbaraini, 2019).

Figura 3 – Nuvem de palavras das palavras-chave mais frequentes nos trabalhos analisados sobre educação ambiental e jovens*



*A imagem foi gerada com o programa Voyant Tools, disponível em <https://voyant-tools.org/>.
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024). Elaborado pelos autores via *Voyant Tools*.

Na categoria (c) temáticas, se destacam “meio ambiente”, “ambiental”, “socioambiental”, “sustentabilidade”, “sustentável” e “políticas públicas”. Como já destacado anteriormente, as temáticas destacam o meio ambiente e a aplicação em políticas públicas (Cruz, 2012; Nunes, 2013; Silva, 2013; Bovo, 2015; Cristo, 2017; Sousa, 2018; Sbaraini, 2019). Na categoria (d) investigativa, aparecem as palavras “participação”, “engajamento”, “conferências”, “socialização” e “percepção”. Estes termos se referem principalmente a ações relacionadas à atuação dos jovens como agentes na educação ambiental (Cruz, 2012; Nunes, 2013; Cristo, 2017; Sousa, 2018).

A partir da leitura dos objetivos gerais destes, foram destacados os verbos que marcam cada um deles (Quadro 2). Os verbos utilizados nos objetivos foram “analisar”, “avaliar”, “compreender”, “expor” e “investigar”. Apenas o verbo “analisar” se repete, com três ocorrências, enquanto todos os outros aparecem apenas uma vez. De acordo com a Taxonomia de Bloom (e Taxonomia de Bloom Revisada) (Bloom *et al.*, 1956; Ferraz; Belhot, 2010), que hierarquiza os objetivos educacionais, os verbos indicam o grau de complexidade, iniciando em “relembrar”, aumentando em direção a “compreender”, “aplicar”, “analisar”, “avaliar” e, no topo

da pirâmide, “criar”.

De acordo com a Taxonomia de Bloom Revisada, os objetivos “expor” e compreender” (utilizados em Bovo 2015, Sousa 2018) apresentaram o menor grau de complexidade. Já os objetivos “analisar”, “investigar” e “avaliar” (utilizados em Cruz, 2012; Nunes, 2013; Silva, 2013; Cristo, 2017; Sbaraini, 2019) apresentaram o maior grau de complexidade.

Foram identificadas 773 citações de referências nos sete trabalhos, número esse que considera as repetições. Dessas, foram selecionados os sete autores/autoras mais citados no geral. O quadro 3 apresenta essas referências mais citadas, com o número total de citações de cada autor/autora, o número de trabalhos diferentes citados, a referência do trabalho mais citado, e o número de vezes que este trabalho é citado.

Brasil (1988), o Estado como autor, é o personagem mais citado em função de leis, resoluções, planos de educação, entre outros. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em Assembleia Constituinte no ano de 1988 é a que mais se repete. Em segundo lugar, Sato, com 15 publicações citadas e apenas uma que se repete (Sato; Carvalho, 2005), sobre pesquisa e desafios na EA, demonstrando um caráter diverso nas publicações. Em terceiro, Freire (2011) com a clássica Pedagogia do Oprimido, uma das obras mais citadas do mundo, que apresenta relações de opressor e oprimido e a educação libertadora.

Jacobi (2003) tem em seu trabalho mais citado um artigo sobre EA, cidadania e sustentabilidade. Leff (2002), por sua vez, um livro sobre epistemologia ambiental. Em Novaes (2006) é destacado um capítulo de livro sobre a juventude e a construção do futuro. Carvalho (2004, 2006, 2012) apresenta três trabalhos com 2 citações cada, envolvendo sujeito ecológico e EA, assim como um relatório de uma conferência nacional do meio ambiente. Para finalizar esta listagem de autores, o IBGE, um outro órgão de Estado, com 10 citações, sendo que o Censo Demográfico de 2010 apresenta duas repetições (IBGE, 2011).

Quadro 2 – Objetivos e enfoques dos estudos sobre educação ambiental na formação juvenil em Geografia

Referência	Título do trabalho	Objetivo geral do trabalho
Cruz (2012)	Uma educação ambiental da juventude? Avaliação da política pública: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas - Conferências Infante Juvenil pelo Meio Ambiente no Ceará	Avaliar os efeitos do Programa VCBE (Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas), a partir do eixo conferências infante juvenil, analisando se houve, ou não, mudanças de atitudes por parte dos delegados, e como se deu a representatividade destes, junto comunidade escolar.
Nunes (2013)	Formação socioambiental de jovens filhos de pescador: percepções e relações culturais	Analisar a percepção de filhos de pescadores do povoado Rua da Palha/SE acerca das relações socioambientais estabelecidas na comunidade.
Silva (2013)	A educação ambiental nos movimentos juvenis: diálogos com líderes de sete grupos em Mato Grosso	Investigar se diferentes movimentos juvenis estão realizando ações de educação ambiental
Bovo (2015)	Juventude e meio ambiente: pesquisa-ação em educação ambiental realizada no programa Projovem Adolescente de Franca/SP	Expor a percepção dos jovens em relação a meio ambiente através de projeto de Educação Ambiental implantado no Programa Projovem Adolescente (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) da cidade de Franca (SP)
Cristo (2017)	Juventude e meio ambiente: narrativa de jovens ambientalistas do estado da Bahia	Analisar narrativas de jovens baianos engajados em movimentos ambientalistas, buscando nessas narrativas os processos de socialização que motivam e impulsionam as disposições juvenis para o engajamento na militância ambiental
Sousa (2018)	A institucionalização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente: debates, tensões e perspectivas	Compreender os enunciados, discursos e modos de participação dos jovens no processo de institucionalização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente
Sbaraini (2019)	Interfaces formativas da educação do campo e do desenvolvimento rural sustentável à jovens de colégios agrícolas nos municípios de Toledo e Palotina – Paraná	Analisar as interfaces entre a educação do e no campo e o ensino técnico agrícola ofertado a jovens da região Oeste do Paraná.

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024).

Quadro 3 – Principais referências teóricas recorrentes nos trabalhos sobre educação ambiental e juventude.

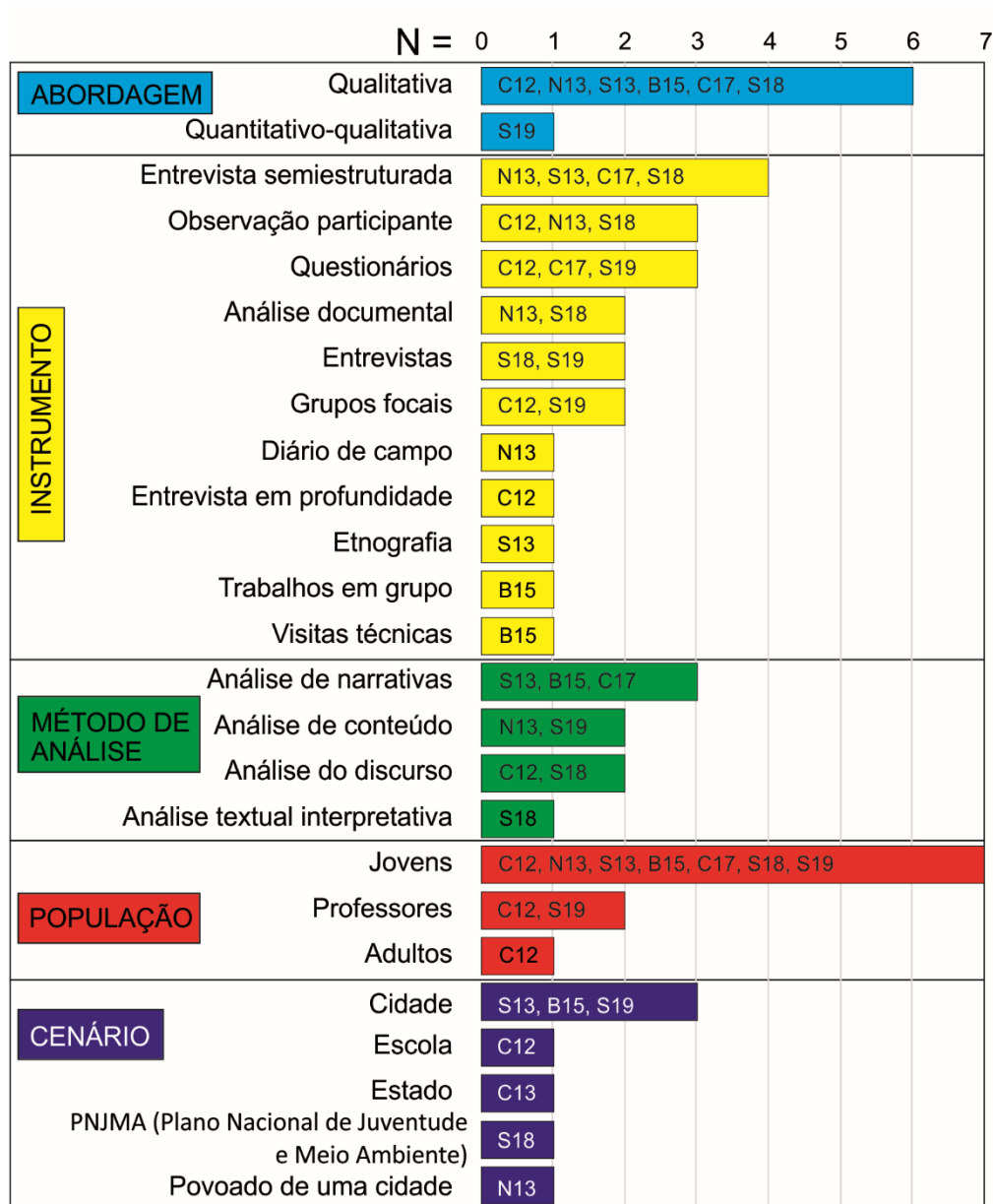
Autor(a)	Nº citações	Nº Trabalhos citados	Trabalho mais citado	Nº de citações do trabalho mais citado
Brasil	61	52	(*) BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 . Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.	4
Sato, Michèle	15	14	SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.) Educação ambiental: pesquisa e desafios . Porto Alegre, Artmed, 2005, 232 pp.	2
Freire, Paulo	11	7	(*) FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2011.	4
Jacobi, Pedro Roberto	11	9	JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade . Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, 2003.	3
Leff, Enrique	11	5	(*) LEFF, E. Epistemologia ambiental . São Paulo, Cortez, 240 p. 2002.	4
Novaes, Regina	10	8	NOVAES, R.R.; VITAL, C. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social . In: THOMPSON, A. A. (Org.) Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo, Peirópolis, p. 106-147, 2006.	3
Carvalho, Isabel Cristina De Moura	10	7	CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea . In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, p. 53-74, 2004. CARVALHO, I. C. M. Ministério do Meio Ambiente. Caderno de Deliberações da II Conferência Nacional do Meio Ambiente . Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2006. (*) CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico . São Paulo, Cortez; 2012.	3 trabalhos com 2 citações cada
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	10	9	IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010 . Rio de Janeiro: IBGE, 279 p, 2011.	2

(*) São citadas edições diferentes do mesmo trabalho.

Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024). Elaborado pelos autores.

O tipo de abordagem, instrumentos, métodos de análises, população e cenário são apresentados na figura 4.

Figura 4 – Organização dos procedimentos metodológicos por estudo (2012-2019).



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2024). Elaborado pelos autores.

Legenda: C12: Cruz (2012), N13: Nunes (2013), S13: Silva (2013), B15: Bovo (2015), C17: Cristo (2017), S18: Sousa (2018), S19: Sbaraini (2019).

A abordagem qualitativa domina os trabalhos, ocorrendo em seis deles (Cruz, 2012; Nunes, 2013; Silva, 2013; Bovo, 2015; Cristo, 2017; Sousa, 2018), enquanto em apenas um ocorre uma abordagem quantitativo-qualitativa (Sbaraini, 2019). Quanto ao instrumento, a ferramenta mais utilizada foi a entrevista semiestruturada, utilizada em quatro dissertações (Nunes, 2013; Silva, 2013; Cristo, 2017; Sousa, 2018). A observação participante e os questionários, por sua vez, foram utilizados por três trabalhos cada (Cruz, 2012; Nunes, 2013; Cristo, 2017; Sousa, 2018; Sbaraini, 2019). Análise documental, entrevistas e grupos focais são

observadas em duas referências, enquanto os demais instrumentos são utilizados apenas uma vez. As análises de narrativas são as metodologias de análise de dados mais utilizadas, ocorrendo em três trabalhos, seguida pela análise de conteúdo e análise do discurso, utilizadas em duas dissertações. A análise textual interpretativa é utilizada em apenas um dos trabalhos.

Quanto à população, todos os trabalhos estudaram a categoria jovens, uma vez que esta é o foco desta investigação. Porém, embora de forma mais reduzida, dois trabalhos também consideram a categoria professores, assim como um trabalho utiliza a categoria adultos. Finalmente, o cenário que mais se repete é a cidade, aparecendo em três trabalhos. Os outros cenários ocorrem apenas uma vez: escola, estado, PNJMA (Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente) e um povoado de uma cidade.

Quanto aos principais resultados de cada trabalho por si, são apresentados a seguir algumas considerações. Cruz (2012) faz uma avaliação de políticas públicas de EA relacionadas à III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), focada na atuação dos delegados que representaram o Ceará nas fases Estadual, Nacional e Internacional. Foi investigado como estes jovens percorreram os caminhos da EA, buscando uma trajetória de representatividade junto a sua escola e comunidade. Os resultados indicaram que a participação no programa gerou mudanças nas atividades cotidianas dos jovens, assim como na convivência com as outras pessoas e com o meio ambiente.

Entretanto, Cruz (2012) destaca que a EA não está consolidada nas escolas, e viu a maioria dos delegados desenvolvendo ações apenas quando as conferências ocorreram nas escolas. Por outro lado, foi identificada uma disposição de jovens em desenvolver atividades de EA, mas para que esta seja efetiva, são necessárias políticas públicas contínuas por parte do estado e da sociedade civil.

Nunes (2013) analisou a percepção de filhos de pescadores do povoado Rua da Palha (Santa Luzia do Itanhhy, Sergipe) sobre as relações socioambientais estabelecidas na comunidade. O público pesquisado foi escolhido em função de serem os prováveis futuros pescadores da comunidade, o que demonstrou ser o desejo da maioria. A pesquisa discorre acerca da relação permanência/mudança, tanto de profissão quanto de cidade, em função de perspectivas de crescimento profissional e educacional. Nunes (2013) conclui que a população tem potencial para projetos de EA a sua percepção da possibilidade de práticas participativas, onde não são trabalhados apenas conceitos teóricos de meio ambiente, mas também compreensões conforme as vivências do cotidiano.

Silva (2013) buscou investigar se diferentes movimentos juvenis estão realizando ações de EA, analisando as dimensões “Eu” (identidades e percepções), “Outro” (percepções e ações políticas) e “Mundo” (percepções de seus movimentos e EA e MA). Para tal, foram entrevistadas lideranças de sete movimentos juvenis ligados a diferentes temáticas. A autora concluiu que a transversalização da EA nas escolas pode potencializar o envolvimento dos movimentos juvenis com a temática ambiental, além da interconexão com grupos que contribuem na sua ambientalização. Por outro lado, sabendo que a EA envolve uma práxis voltada às questões socioambientais privilegiando a troca de saberes, a pesquisa indicou que o envolvimento com a questão ambiental não implica necessariamente em EA, pois é possível realizar ações voltadas ao MA, sem haver ações educativas.

Bovo (2015), por meio de uma pesquisa-ação, buscou expor a percepção dos jovens em relação ao meio ambiente através de projeto de EA implantado no Programa Projovem Adolescente (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) da cidade de Franca (SP). A pesquisa identificou o grau de conhecimento e a relação dos jovens participantes com o meio ambiente, concluindo que há uma baixa percepção dos jovens em relação ao tema, principalmente devido à urbanização do modo de vida, desinformação e descontinuidade do ensino formal.

Cristo (2017) analisou narrativas de jovens baianos engajados em movimentos ambientalistas, onde buscou processos de socialização que motivam e impulsionam jovens na militância ambiental. Por meio das narrativas, Cristo percebeu que as relações, tanto escolares, quanto familiares, de sindicatos, associações e pastorais da juventude, influenciam no engajamento de jovens na questão ambiental. Também foi identificada a necessidade de refletir e desenvolver ações para estimular a participação política institucionalizada da juventude ambientalista. O autor mostra as narrativas com uma ideia de que ninguém nasce engajado nem militante, onde os indivíduos são sujeitos com potencial para desenvolverem essas habilidades conforme os efeitos produzidos pela sociedade, uma vez que não há um determinismo, como por exemplo, marcado pela hereditariedade. Assim, a participação socializante em movimentos ambientalistas tem papel importante na formação e estímulo ao engajamento militante.

Sousa (2018) buscou compreender os enunciados, discursos e modos de participação dos jovens no processo de institucionalização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA). A pesquisa buscou compreender os sentidos e posições ideológicas a fim de entender as possíveis relações entre Estado e sociedade, além de identificar as estratégias de persuasão para a construção das personagens. Assim, o autor identificou que a construção das políticas

públicas direcionadas a juventudes e meio ambiente não dependem exclusivamente da ação de atores estatais ou não-estatais. Neste sentido, é necessária a participação ativa de cidadãos na construção de políticas públicas.

Sbaraini (2019) relacionou as interfaces entre a educação do campo e o ensino técnico agrícola ofertado aos jovens da região Oeste do Paraná. Assim, identificou ações e processos educativos orientados à EA e destacou o conhecimento dos alunos sobre a temática do desenvolvimento rural sustentável. Segundo a autora, estas escolas seguem o objetivo proposto de promover a sustentabilidade agroecológica nos projetos desenvolvidos e nos relatos de atividades relacionadas à sustentabilidade dentro do conteúdo das disciplinas. Desta forma, buscam a conscientização para o desenvolvimento da agricultura familiar e do meio ambiente, fomentando uma produção mais sustentável.

4.2 O que esse estado da arte diz ao ensino de Geografia: avanço e estagnação

A partir dos achados nos textos, foram destacadas quatro categorias baseadas naquelas encontradas nas palavras-chave: (a) Sujeitos, (b) Espaços, (c) Temáticas e (d) Investigativa. Embora nenhum dos trabalhos estudados pertença a um programa de Geografia, as temáticas, objetos e cenários nos permitem afirmar que estão correlacionadas e têm aplicação nessa área.

A categoria (a) Sujeitos é formada por três palavras: juventude, infâncias e militante. As juventudes como agentes da educação em Geografia Urbana, por exemplo, aparecem em Cavalcanti (2013), assim a produção de sentido na Geografia para alunos do ensino médio (Oliveira, 2015). A relação de infâncias com a Geografia pode ser destacada como na relação de parentalidade, entre pais e filhos, envolvendo uma relação de cuidado que se espacializa (Lopes; Paula, 2022). Os jovens como militantes representam uma classe ou sujeito político que é capaz de enfrentar e repensar a ordem social e policial dada (Groppo; Silveira, 2020).

A categoria (b) Espaços é formada pelo termo rural. O ensino de Geografia no meio rural busca resgatar e cultivar a identidade do homem do campo, possibilitando-lhe uma melhor compreensão do lugar e do mundo onde vive (Alves; Magalhães, 2008). A busca por identidade no campo é necessária para os agricultores e trabalhadores rurais conhecerem suas necessidades e compreenderem as políticas públicas específicas que atendem a sua categoria, assim como criar uma percepção da sua importância na produção de alimentos e, principalmente, em se tratando de EA, entenderem sua responsabilidade na produção sustentável e na preservação do meio ambiente.

A categoria (c) Temáticas abrange as palavras: socioambiental, sustentabilidade e políticas públicas. Ribeiro (2010) identifica na Geografia Política um meio de discutir internacionalmente a sustentabilidade e a segurança ambiental por meio de uma análise das matrizes teóricas encontradas em convenções internacionais. A questão do desenvolvimento sustentável e as políticas públicas de preservação do meio ambiente são essenciais na política externa dos países, onde medidas adotadas podem refletir na manutenção ou ruptura de acordos bilaterais, como aqueles observados nos últimos anos (2019-2022) nas políticas brasileiras em relação à Amazônia.

A categoria (d) Investigativa é formada por duas palavras: engajamento e socialização. Nesta categoria, a maioria das pesquisas associando os termos à EA está relacionada a questões políticas em geral. Por exemplo, Brenner (2014) observa jovens inseridos na militância em espaços de movimento estudantil, movimentos populares, organizações sociais e espaços de partidos. Entretanto, Jacobi *et al.*, (2009) descrevem práticas socioambientais educativas de caráter coletivo e colaborativo, onde o engajamento e a participação têm importante papel na produção de uma cultura do diálogo.

Baseado nas discussões dos avanços encontrados no *corpus* analítico buscamos identificar que tipo de aportes esses trabalhos fornecem aos professores da educação básica. O maior envolvimento com EA ocorre onde há uma ação de programas, que por sua vez tem a capacidade de gerar mudanças nas atividades cotidianas dos jovens (Cruz, 2012). Entretanto, um engajamento com bons resultados geralmente está associado à participação política institucionalizada (Cristo, 2017). Mas estas políticas não podem depender exclusivamente da ação de atores estatais ou não-estatais, mas devem ter participação ativa de cidadãos diretamente interessados (Sousa, 2018). Por isso, nas práticas participativas onde são relacionadas questões do cotidiano, além de conceitos teóricos, há um grande potencial para o desenvolvimento da EA (Nunes, 2013).

Esta pesquisa também permitiu identificar algumas estagnações no campo da EA. Esta temática não está consolidada nas escolas (Cruz, 2012), e o envolvimento com a questão ambiental não implica necessariamente em EA, pois é possível realizar ações voltadas ao meio ambiente, sem haver de fato ações educativas (Silva, 2013).

A baixa percepção dos jovens em relação ao tema da EA ocorre devido à principalmente três fatores: urbanização do modo de vida, desinformação e descontinuidade do ensino formal (Bovo, 2015). Quanto à urbanização, é comum os estudantes perderem contato com o ambiente

natural, apenas se relacionando com o meio construído, fazendo com que haja uma perda de percepção das transformações que o planeta perpassa. A falta de uma EA efetiva pode ser o causador do segundo fator, a desinformação, que por sua vez está relacionada ao terceiro, a descontinuidade da EA no ensino formal. Essa descontinuidade se reflete na falta de diretrizes sobre a EA na BNCC, e, por isso, a inserção de propostas interdisciplinares que contemplem este tema são necessárias.

5. Considerações Finais

A EA pode ser vista como uma forma de perenizar e politizar o conhecimento que reflete nas práticas e nas relações da sociedade com o meio ambiente, visando ações para garantir um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras. Assim, este trabalho avaliou abordagens teóricas e metodológicas utilizadas em pesquisas acadêmicas sobre meio ambiente e juventudes, com o objetivo de identificar avanços nesta linha de pesquisa.

Foram adotadas três linhas de referencial teórico, divididos entre as questões envolvendo juventudes, a questão ambiental e o ensino de Geografia. Nas juventudes, foram identificadas questões que relacionam o protagonismo dos jovens e as percepções, assim como suas relações com a escola. Na questão ambiental, se destacaram abordagens envolvendo EA transformadora, políticas públicas, instrumentos que tornam o processo permanente e a EA como algo além do simples conhecimento ambiental. No ensino de Geografia foram abordadas as temáticas da formação de conceitos aliados à sua aplicação e ação crítica e reflexiva, baseadas na produção de sentido, principalmente da comparação entre global e local.

Nesta pesquisa, foram analisadas publicações nacionais na BDTD, delimitados pelos descritores “jovens”, “juventudes”, “meio ambiente” e “ambiente”. Dentre os trabalhos encontrados em um primeiro momento, uma nova filtragem foi realizada baseada na abordagem observada no título do trabalho. Nos sete trabalhos selecionados, foram identificadas informações como objetivo geral, metodologias de abordagem, instrumentos de investigação, metodologias de análise, população e cenário investigados, além das referências bibliográficas mais citadas.

Dentre os trabalhos identificados, todos são pesquisas de mestrado. As pesquisas estão relacionadas à institucionalização e avaliação de políticas públicas e programas voltados para a educação ambiental, assim como narrativas de jovens e diálogos entre populações, todas envolvendo EA. Os PPGs nos quais/cujo estas pesquisas estão inseridas apresentam uma

distribuição relativamente uniforme, desde a região Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, não sendo encontrado nenhum da região Norte. Todos estes programas são de áreas de concentração diferentes, nenhum na Geografia, e nenhum deles em nível de excelência.

A identificação e contagem das repetições das palavras-chaves permitiu um agrupamento e categorização das mesmas em quatro categorias: (a) sujeitos (jovens, juvenis, juventude, infante e militante), (b) espaços (Brasil, rural e agrícola), (c) temáticas (meio ambiente, ambiental, socioambiental, sustentabilidade, sustentável e políticas públicas) e (d) investigativa (participação, engajamento, conferências, socialização e percepção). Os verbos utilizados nos objetivos foram “analisar”, “avaliar”, “compreender”, “expor” e “investigar”, repetindo-se apenas o verbo “analisar”. A referência mais citada foi Brasil (1988), a Constituição da República Federativa do Brasil.

Quanto às organizações metodológicas, predominou a abordagem qualitativa, os instrumentos mais utilizados foram entrevistas semiestruturada, observação participante e questionários, os métodos de análise foram análise de narrativas, de conteúdo, do discurso e análise textual interpretativa. As populações observadas foram jovens, professores e adultos, com ampla dominância de jovens. O principal cenário estudado foi a cidade.

O trabalho evidenciou a necessidade de continuidade de ações de EA, uma vez que a descontinuidade um dos maiores fatores que geram desconhecimento da temática. Essa continuidade também pode gerar e ser gerada a partir do engajamento político de jovens na EA. Para isso, há uma necessidade de criar formas de construção de conhecimento além daqueles temas encontrados na BNCC, uma vez que a temática ambiental praticamente foi excluída desta.

A partir dessa pesquisa, outros trabalhos podem ser desenvolvidos avaliando propostas para atividades de EA em salas de aula. A necessidade da continuidade da EA deve se dar principalmente dentro do ambiente escolar, onde após a implementação de uma atividade há uma grande chance de ela ter continuidade, e não apenas a implementação de projetos externos à escola ou em movimentos da sociedade civil organizada, onde há uma dependência de fatores externos. Finalmente, a necessidade do ensino em Geografia como agente necessário ao entendimento da paisagem é importante na construção da EA, uma vez que a compreensão da espacialidade pela atribuição de sentido, presente na educação geográfica, também permeia e é permeada pela Educação Ambiental.

6. Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5-6, p. 25-36, Mai-Dez, 1997.

ALVES, W. G.; MAGALHÃES, S. M. F. O ensino de geografia nas escolas do campo: Reflexões e propostas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 10, n. 1, p. 79-91, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Disponível em: bdtd.ibict.br. Último acesso em junho de 2024.

BLOOM, B. S.; ENGELHART, M. D.; FURST, E. J.; HILL, W. H.; KRATHWOHL, D. R. **Taxonomy of educational objectives: The classification of educational goals**. New York, David McKay, v. 1, 262 p., 1956.

BOVO, L. R. T. **Juventude e meio ambiente: pesquisa-ação em educação ambiental realizada no programa Projovem Adolescente de Franca/SP**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 76 p., 2015.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**. 06 de agosto de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRENNER, A. K. Experiência militante e repercussões em outras esferas da vida: jovens engajados em partidos políticos. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, p. 79-93, 2014.

CABRAL, T. M.; CECIM, J. da S. R.; STRAFORINI, R. A realidade do aluno como tradição pedagógica em disputa na geografia escolar (1920-2020). **Revista Brasileira de História e Educação**, v. 21, p. 1-22, e184, 2021.

CARVALHO, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 53-74.

CARVALHO, I. C. M. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno de Deliberações da II Conferência Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, 2006.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez; 2012.

CAVALCANTI, L. de S. Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia. **Cadernos Cedes**, v. 25, n. 66, p. 185-207, 2005.

CAVALCANTI, L. de S. Jovens escolares e a cidade: concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 35, Volume Especial, p. 74-86, 2013.

CITELLI, A.; FALCÃO, S. P. Educomunicação Socioambiental: cidade e escola. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 21-36, 2020.

COCATO, G. P. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussão e propostas pedagógicas. **Geosp**, v. 25, n. 1, p. 1-25, e-158138, 2021.

CRISTO, H. S. de. **Juventude e meio ambiente: narrativa de jovens ambientalistas do estado da Bahia**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana. 244 p., 2017.

CRUZ, L. C. **Uma educação ambiental da juventude? Avaliação da política pública: Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas - Conferências Infante Juvenis pelo Meio Ambiente no Ceará**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará. 126 p., 2012.

DA-SILVA-ROSA, T.; MENDONÇA, A. B.; MONTEIRO, T. G.; SOUZA, R. M. de; LUCENA, R. A. **educação ambiental como estratégia para a redução de riscos socioambientais**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. XVIII, n. 3, p. 211-230, 2015.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, 2007.

FERRAZ, A. P. do C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2007.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 1, p. 7-21, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. 279 p.

IPCC. Summary for Policymakers. In: **Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems**. In: SHUKLA, P. R.; SKEA, J.;

CALVO BUENDIA, E.; MASSON-DELMOTTE, V.; PÖRTNER, H.- O.; ROBERTS, D. C.; ZHAI, P.; SLADE, R.; CONNORS, S.; VAN DIEMEN, R.; FERRAT, M.; HAUGHEY, E.; LUZ, S.; NEOGI, S.; PATHAK, M.; PETZOLD, J.; PORTUGAL PEREIRA, J.; VYAS, P.; HUNTLEY, E.; KISSICK, K.; BELKACEMI, M.; MALLEY, J. (eds.). 2019.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

JACOBI, P. R.; TRISTÃO, M.; FRANCO, M. I. G. C. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, 2009.

JORDÃO, T.; CARVALHO, M. B. S. S. O ensino de Geografia como possibilidade de construção de sentidos em Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 9, n. 18, p. 161-184, 2019.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo, Cortez, 2002.

LELIS, D. A. de J.; PEDROSO, D. S.; RODRIGUES, D. G. Geografia socioambiental no ensino fundamental: um estudo de revisão nas teses e dissertações brasileiras. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 12, n. 22, p. 05-33, 2022.

LOPES J. J. M.; PAULA, S. R. V. de. Assim se benzem crianças: geografias dos cuidados e territórios de infâncias. **Psicologia em Estudo**, v. 27, e59012, 2022.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (ed.), **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, p. 65-84, 2004.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164. 2014.

NOVAES, R.R.; VITAL, C. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In: THOMPSON, A. A. (Org.) **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo, Peirópolis, 2006.

NUNES, R. P. **Formação socioambiental de jovens filhos de pescador: percepções e relações culturais**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe. 177 p., 2013.

OLIVEIRA, V. H. N. **Somos Jovens: o ensino de Geografia e a escuta das juventudes**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 126 p., 2015.

OLIVEIRA, V. H. N. Juventudes e educação: estado da arte de publicações em revistas A1 de Universidades Federais Brasileiras (2010 - 2019). **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 2, p. 358-372, 2021.

OLIVEIRA, L. de; NEIMAN, Z. Educação Ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da base nacional comum curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020.

RIBEIRO, W. C. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 69-80, 2010.

SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. 232 p.

SBARAINI, R. D. **Interfaces formativas da educação do campo e do desenvolvimento rural sustentável à jovens de colégios agrícolas nos municípios de Toledo e Palotina – Paraná**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 152 p., 2019.

SILVA, C. S. S. da; PROCHNOW, T. R.; PELLEGRINI, G.; BIZZO, N. Pesquisa de Percepções de Estudantes do Ensino Médio sobre os Desafios Ambientais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 26, e20020, 2020.

SILVA, F. D. da S. **A educação ambiental nos movimentos juvenis: diálogos com líderes de sete grupos em Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso. 255 p., 2013.

SILVA, I. R. da; NEVES, A. L. M. das; CALLEGARE, F. P. P.; HIGUCHI, M. I. G.; PEREIRA, E. C. F. F. Vivências de Protagonismo Socioambiental por Jovens: Implicações na Constituição do Sujeito Ético-Político. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 2, p. 617-621, 2018.

SILVA, W. G. da; HIGUCHI, M. I. G.; FARIAS, M. S. M. de. Educação ambiental na formação psicossocial dos jovens. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 21, n. 4, p. 1031-1047, 2015.

SOUSA, G. D. de. **A institucionalização do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente: debates, tensões e perspectivas**. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo. 177 p., 2018.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO JR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

SUCUPIRA CAPES. **Cursos Avaliados e reconhecidos**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoConceito.jsf>. Último acesso em junho de 2024.

VOYANT TOOLS. **voyant-tools.org**. Disponível em: <https://voyant-tools.org/>. Acessado em dezembro de 2022.